

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 4 DE JUNHO DE 2007**-----

-----Aos quatro dias do mês de Junho de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha justificou a sua ausência à passada reunião deste executivo, cuja justificação foi aceite.--

-----**PERÍODO DO PÚBLICO**-----

-----O Sr. Presidente informou que terá de abandonar os trabalhos mais cedo pelo que, havendo público na sala, iniciou a reunião pela intervenção dos interessados.-----

-----Usou da palavra o Sr. Manuel Varanda Castelejo que, acompanhado de outros moradores no arruamento transversal à Rua Marechal Craveiro Lopes, em Fazendas de Almeirim, expuseram a situação ocasionada por um outro morador que, após a definição do traçado em quatro metros e sessenta centímetros de largura, para efeitos de obras, construiu um muro clandestino, ocupando terreno da faixa de rodagem da futura rua. O referido muro, que acrescenta área à sua propriedade e retira área à rua, é o terceiro que executa, com o mesmo fim e sem licenciamento municipal. Queixa-se o interveniente que, de há muito, ao seu vizinho tudo é permitido, sem intervenção da Câmara, enquanto

que a outros não, e por isso já interpôs uma providência cautelar no Tribunal de Almeirim. Invocou o Artigo cento e seis do RGEU para lembrar que à Câmara compete repor a legalidade ferida e demonstrou a inviabilidade de execução do arruamento, com a amputação da área a que foi sujeito, referindo que os restantes moradores se oporão a soluções alternativas que sirvam para consagrar o abuso daquele infractor.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que a referida serventia está há anos para resolver, quanto a infraestruturas e, após reunião na Câmara com todos os interessados, se chegou a acordo para execução da obra, já que tem havido uma série de conflitos que obstaram ao arranjo do arruamento. A Câmara só está interessada em colocar esgotos e arruamento, para comodidade dos moradores. Mas se houver mal-estar os trabalhos param, porque se trata de uma guerra entre vizinhos. O próprio Presidente foi ao local e outras pessoas vieram dizer-lhe o contrário. A situação do muro está participada e será objecto de processo de contra-ordenação. Mas se houver conflito, a obra não se faz.-----

-----O Sr. Castelejo respondeu que, como o processo está a processar-se, os restantes moradores não concordam: é o terceiro muro que esse morador executa e veio expor o problema à Câmara no dia cinco de Março e nada foi feito, o que dá a entender que o outro Sr. faz o que quer, como o próprio afirma.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra:-----

-----Sr^a Vereadora Manuela Cunha que perguntou se se confirma o incêndio na COMPAL e se o Sr. Presidente, na qualidade de responsável pela Protecção Civil, tem conhecimento da existência do Plano de Segurança Externo da empresa. Disse que a situação de risco na empresa é agora acrescida, já que existem na proximidade combustíveis, veículos estacionados, uma zona arborizada e o gás das habitações. Gostava de consultar esse plano e, se não houver, é tempo de o fazer.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro respondeu que se tratou de um pequeno incêndio na oficina que foi extinto antes da chegada dos bombeiros, pelo seu próprio pessoal que para isso tem formação e a COMPAL tem um Plano de Emergência bastante elaborado. O Plano Municipal de Emergência contempla a actuação neste tipo de instalações industriais, que quando necessário sobe ao CDOS e passa para a alçada do Comando Distrital.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha louvou a noite de fados promovida pelo Rancho Folclórico de Paço dos Negros, pela iniciativa e pelo local escolhido, o Pórtico do Paço Real, que demonstrou as potencialidades do local, se bem aproveitado. A iniciativa serviu também para demonstrar que o espaço do interior do Pórtico não será suficiente, se ali construírem vivendas, designadamente para estacionamento. Mais uma razão que demonstra que é necessário o Plano de Pormenor que propos e não foi aceite por este executivo.-----

-----A mesma autarca lamentou que só tenha havido acompanhamento arqueológico nas obras de saneamento no Centro Histórico da cidade depois da sua queixa ao IPA. Poderá não se encontrar lá qualquer vestígio, o que não permite a conclusão de que não haja vestígios no local, a exemplo do que aconteceu com o cemitério islâmico de Santarém. O Paço Real de Almeirim foi uma realidade e alguma coisa da sua memória deve restar. Mencionou a respeito um livro de edição do jornal O Público que dá nota que existiam coutadas em Almeirim em mil seiscentos e cinco, o que prova a importância do antigo Paço. E acrescentou, para conhecimento do Sr. Presidente, caso o acompanhamento das obras e as sondagens suplementares não permitam encontrar vestígios, que há um novo método que permite encontrar vestígios enterrados, em processo geofísico que é utilizado através de um acordo com a Universidade de Aveiro, sem escavações.-----

-----O Sr. Presidente disse estar de acordo que deve ser melhorado o espaço do Pórtico do Paço dos Negros, após o resultado das sondagens arqueológicas que permitam pôr a nu os vestígios que aí possam existir. Mas ao lado existe um terreno

destinado a parque de estacionamento, na parte posterior do Pórtico e o proprietário pode fazer valer os seus direitos, pelo que a Câmara terá de pesar a resolução a tomar.-----

-----Quanto à queixa ao IPA, acrescentou o Sr. Presidente, o problema já estava resolvido antes da queixa, porque após um telefonema do Sr. Arqº Elias Cachado Rodrigues, o próprio autarca já tinha contactado a ERA para proceder ao acompanhamento arqueológico da obra. As sondagens aconselhadas vão ser realizadas pela ERA, com a fiscalização do IPA. E se depois disto não forem encontrados vestígios, ainda há a possibilidade de alguém os colocar lá, para serem achados.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que, relativamente ao primeiro requerimento que apresentou ao Sr. Presidente sobre a razão da não atribuição de comparticipação estatal pelo serviço de Transportes Escolares, a resposta obtida foi insatisfatória, na medida em que o Sr. Presidente se limitou a responder que nomeou o Dr. Victor de Sousa para inquirir a razão da ocorrência, desconhecendo se em anos anteriores o Município recebeu ou não a comparticipação devida.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que aguarda que o inquérito aos procedimentos administrativos forneça os elementos que o Sr. Vereador solicitou.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício manifestou o seu voto de congratulação pela presença da Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Paço dos Negros na final do Campeonato Nacional do Inatel e felicitou os seus atletas e dirigentes.-----

-----O mesmo autarca disse que os terrenos recentemente adquiridos na Rua Bernardo Gonçalves com destino a parque de estacionamento podem facilitar o estacionamento na cidade, de imediato e antes da execução do parque, bastando para isso que sejam terraplanados.-----

-----Disse ainda o mesmo Vereador que viu recentemente no jornal O Almeirinese alguma publicidade institucional feita pela Câmara e sobre a qual tece as seguintes considerações:-----

-----«**ADEGAS COOPERATIVAS** - Este processo teve início numa

iniciativa pessoal do Sr. Presidente que, em AG da A.C.A. prometeu um subsídio para fazer face ao pagamento do IMIT e acabou, após vários incidentes, nomeadamente a recente revogação do Contrato Programa aprovada pelo Executivo, com a aprovação, na última reunião do três protocolos com as duas Adeegas do Concelho e a da Gouxia e que, não mereceu da parte do Sr. Presidente a solicitação de um parecer jurídico que consubstanciasse tal operação.-----

-----Em relação a esta matéria, quero deixar bem claro que têm o meu total apoio, todas as políticas de incentivo e promoção dos Vinhos de Almeirim, que abranjam todos os seus produtores e que sejam feitas dentro da legalidade, o que, na minha opinião, não foi o caso:-----

-----a) Não abrange todos os produtores, nem todas as cooperativas mas apenas alguns. O tratamento de equidade a que estamos obrigados, não foi cumprido.-----

-----b)A norma base invocada, não se aplica a empresas cooperativas, Artigo sessenta e quatro, alíneas 64a) e b) do número quatro:-----

-----'4 - Compete à câmara municipal no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal:-----

-----a) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;-----

-----b) Apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;'-----

-----c) De acordo com os princípios da inscrição orçamental e do cabimento prévio, nenhuma despesa pode ser assumida, autorizada e paga sem que se encontre suficientemente discriminada no orçamento municipal e tenha cabimento no correspondente crédito orçamental, em rubrica de classificação orgânica e económica adequada, com saldo suficiente para a comportar (cfr. os pontos [2.3.4.2.](#), alíneas d) e g), 2.6.1. e 3.1.1., alínea f), do POCAL

e o artigo terceiro, número 1, da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto. A realização de qualquer despesa pública deve obedecer aos princípios de: conformidade legal (prévia existência de lei que autorize a despesa) e regularidade financeira (inscrição orçamental, correspondente cabimento e adequada classificação da despesa).-----

-----À utilização das dotações da despesa deve corresponder o registo das fases de cabimento (cativação de determinada dotação visando a realização de uma despesa) e de compromisso (assunção, face a terceiros, da responsabilidade de realizar determinada despesa).-----

-----Em conformidade, a entidade competente para autorizar a despesa deve estar munida de todas as informações contabilísticas necessárias à concretização do acto, o que se traduz na existência de informação relativa à classificação económica da rubrica orçamental que vai suportar a despesa, à sua dotação global e ao saldo disponível.-----

-----Logo, a decisão não me parece legal e os pagamentos, se forem efectuados sem dar cumprimento aos dispositivos legais, são ilegais, encontrando-se violado, para além dos supra mencionados preceitos, o disposto na alínea d) do ponto 2.3.4.2 do POCAL, sendo responsáveis quem votou favoravelmente.-----

-----Fique bem claro que a Câmara tem obrigações e que deve promover os produtos do concelho, mas não com ilegalidades, tais como o **de saber quem vai pagar o IVA** e a situação da Adega de Almeirim cujo apoio **tem por base a devolução do IMIT** pago pela Adega, o que poderia e deveria ter sido feito de acordo com a Lei, situação que o senhor presidente da Câmara não quis, porque entendeu dar a este assunto, aliás como vem sendo hábito, um tratamento pessoal.-----

-----Por isso deve, na minha opinião, ser o único responsável por tal facto. É que nos termos do artigo doze, número dois, da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro "A assembleia municipal podia, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente

aos impostos e outros tributos próprios. Parece-me que, desta forma podia ter-se isentado a Cooperativa de Almeirim do pagamento do IMIT.-----

-----**Porque me assistem muitas dúvidas e está em causa o interesse público municipal e a defesa da legalidade, solicito a V^a Ex^a, cabal esclarecimento sobre a legalidade da operação.»---**

-----O Sr. Presidente respondeu que nenhum pagamento vai ser feito sem a necessária cabimentação orçamental. Foi uma questão levantada durante a discussão do Orçamento, devido ao elevado valor inscrito na respectiva rubrica e, no caso de insuficiência de verba, a mesma poderia ser reposta por meio de Alteração Orçamental. Quanto às restantes questões, o Sr. Presidente pediu ao Dr. Victor Batista, presente na reunião, para fornecer os esclarecimentos que ao caso cabem, já que foi o redactor do Protocolo aprovado em reunião de Câmara.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou se uma Câmara pode deliberar a assunção de um compromisso financeiro que vai para além do mandato dos membros que tomaram a deliberação e que vai comprometer executivos futuros.-----

-----O jurista respondeu que é óbvio que a deliberação é legal. No caso em apreço, a questão que se pode colocar não compete ao jurista, porque tem a ver com outros parâmetros, com a vontade institucional. O problema é saber se, apesar da deliberação ser legal, se politicamente devia ter sido tomada com esse contexto temporal. Relativamente à possibilidade legal de concessão de subsídios a actividades do tipo das desenvolvidas pelas Adegas Cooperativas, este apoio só tem enquadramento legal nas invocadas outras actividades. E os anotadores à Lei das Autarquias Locais dizem que foi de propósito que o legislador usou essa expressão, a fim de fixar uma cláusula aberta para conferir maleabilidade à vontade do ente público. É outra questão saber se se poderia ir por outra via, no que se refere às isenções a impostos, só que essa norma está sujeita a determinado enquadramento legal e a Portaria que regulamenta as isenções define rácios tais que, no Distrito, apenas a Chamusca

o pode fazer. Não parece que a isenção do imposto conferida pela Assembleia Municipal pudesse ter enquadramento no caso de Almeirim, por isso o proponente usou outro critério, para atingir o fim pretendido.-----

-----À pergunta do Sr. Vereador Francisco Maurício sobre a possibilidade de contrariar a Portaria, o consultor jurídico respondeu que a Câmara pode levar o assunto a instâncias ministeriais, mas a Câmara de Vila Franca de Xira já o fez e o valor indevidamente isentado em impostos foi posteriormente descontado no FEF, do que a autarquia recorreu e de que desconhece a conclusão.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu o caso da publicidade institucional publicada pela Câmara, respeitante ao aeroporto da Ota e na qual é anunciada a participação do Sr. Presidente num seminário na Azambuja, referindo o texto que o Presidente da Câmara de Almeirim e da CULT procura ser o intérprete do interesse da maioria. E acrescentou, sobre o projecto da OTA, que « Nunca até hoje este executivo foi informado de qualquer acção. Não se conhece qualquer projecto para Almeirim inserido na OTA. Almeirim não tem feito parte de grupos (lobies) para integrar programas da OTA. Trata-se de publicidade paga pelo Município no interesse particular de promoção do presidente da Câmara, penso que de duvidosa legalidade.»-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que a publicação de publicidade institucional deve servir para divulgar as posições aprovadas pelas Câmaras e existem normas para o efeito. Segundo a lei e segundo o Provedor de Justiça, os Boletins Municipais devem transmitir as posições das Câmaras, incluindo as forças não maioritárias, reflectindo as opiniões de todos os Vereadores. E insurgiu-se contra o facto de, na última Assembleia Municipal, um membro do PS tenha tido 'a lata' de achar que os placards são mamarrachos, quando lá está publicidade do PSD, não tendo manifestado a mesma posição quando o mesmo placard teve publicidade do PS. E lembrou que no último

mandato, a publicidade institucional custou mil euros aos cofres da autarquia.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que a representação municipal é de sua competência.-----

-----O Sr. Presidente disse que já pediu à empresa encarregada da contabilidade da ALDESC para lhe enviar a publicitação do concurso para exploração do bar das Piscinas e, não a tendo recebido, pediu ao Sr. Vereador Francisco Maurício que lhe forneça um exemplar.-----

-----Este Vereador respondeu que o Sr. Presidente tem acesso a estes elementos, enquanto Presidente do Conselho Administrativo da ALDESC, já que todos os documentos se encontram nos serviços administrativos da empresa e, se lhe der autorização, terá muito gosto em ir buscá-los, para lhos entregar.-----

-----Às dezasseis horas e sete minutos saiu o Sr. Presidente e assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro.-----

-----A propósito de outro exemplo de publicidade institucional, disse o Sr. Vereador Francisco Maurício:-----

-----«**Sobre as obras no Centro Histórico - O centro histórico de Almeirim precisa de ser recuperado**, mas não é o que se está a fazer, pois não existe nenhum projecto estratégico de reabilitação urbana e a obra que se menciona como mera PROPAGANDA PESSOAL no Almeirinese não cumpre nenhum desses objectivos.-----

-----Tanto mais que a reabilitação nas áreas críticas de degradação urbanística das cidades passou a ser mais barato a partir de 2007. O Governo baixou a taxa de IVA aplicável à requalificação, nomeadamente em centros históricos, de vinte e um para cinco por cento, aderindo assim a um desejo há muito manifestado pelas sociedades de reabilitação urbana (SRU).-----

-----Ora a Câmara Municipal de Almeirim, suponho, nada fez, portanto está a prejudicar a cidade de Almeirim.-----

-----Na nossa opinião para além de aproveitar os subsídios que existem, deveria ter sido lançado um projecto de reabilitação de toda a zona histórica de Almeirim, lançado um concurso de ideias entre os arquitectos da nossa terra e posteriormente constituir parcerias com privados era esta estratégia que defendia Almeirim e não as obras que não obedecem a qualquer estratégia.-----

-----Neste caso, falta de planeamento e falta grave de aproveitamento de oportunidades.-----

-----Reabilitar nas áreas críticas de degradação urbanística das cidades vai passar a ser mais barato a partir de dois mil e sete. O Governo baixou a taxa de IVA aplicável à requalificação, nomeadamente em centros históricos, de vinte e um para cinco por cento, aderindo assim a um desejo há muito manifestado pelas sociedades de reabilitação urbana (SRU).-----

-----A decisão foi publicada na sexta-feira em *Diário da República*, no âmbito do Orçamento do Estado para dois mil e sete, e aplica-se, segundo o documento, às empreitadas de reabilitação urbana "nas unidades de intervenção das SRU e dentro das áreas críticas de reabilitação e reconversão urbana".-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, no mínimo, esta é publicidade propagandística de uma pessoa reactiva. A Câmara tinha oportunidade de fazer o acompanhamento arqueológico na Zona Histórica, mas a sua proposta foi recusada por todos e só após a queixa ao IPA foram disponibilizados arqueólogos, passaram-se doze dias sobre a deliberação em que as obras decorreram sem acompanhamento. O IPA actuou e só depois o Sr. Presidente tomou a iniciativa. O que foi feito é publicidade com utilização de dinheiros públicos para propaganda partidária.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que os membros da Câmara votaram contra parar as obras, que era a proposta da Sr^a Vereadora.-----

-----A Sr^a Vereadora desmentiu que fosse seu intuito parar as obras.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que a Câmara sempre esteve a

favor de efectuar escavações arqueológicas onde elas são necessárias e já as fez na Cerca do Hospital, sem que se encontrassem quaisquer vestígios. As obras estão a avançar com o acompanhamento recomendado ao caso.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse estranhar que na Ordem de Trabalhos de hoje não conste a aprovação das Contas da ALDESC, EM referentes ao ano de dois mil e seis, ao que a Sr^a Vereadora Manuela Cunha o secundou, acrescentando que não há problemas de quórum.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse estranhar a posição que o Sr. Presidente da Câmara assumiu em prol do PS e não do Concelho. A seu ver, está mal discutido o estudo sobre o impacto que o novo aeroporto terá no Concelho de Almeirim, de que só beneficiará em seis por cento em termos de pessoas transportadas. Existe um estudo feito por Airports de Paris segundo o qual, das três hipóteses em apreço, a melhor situação seria a de Rio Frio, que teria vantagens em termos de menores custos de movimentos de terras, possibilidade de alargamento, menor investimento e número de pessoas transportadas. Está previsto que a Ota só acarretará vinte e cinco milhões de pessoas transportadas, contra os actuais dezassete milhões da Portela.-----

-----Respondeu o Sr. Vice-Presidente que, na sua opinião pessoal, e tão só, anda-se a falar na necessidade de um novo aeroporto há quarenta anos, vários governos fizeram estudos sem que houvesse jamais uma decisão, que pode ser polémica, que tem defensores e detractores. Quando este Governo decidiu a localização, de acordo com os estudos que tinha, há pessoas que não gostam, porque é logo este Governo, deste partido, que vai para a frente com a obra. O que lhe custa é que, enquanto os portugueses tinham um país adiado, ninguém decide nem se opõe e quando alguém decide, todos se pronunciam contra.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Santos aduziu que, na questão da Ota, independentemente do Ministro António Mexia, ainda ninguém conseguiu convencer os portugueses que a Ota é essencial. É uma

decisão política que pode custar aos portugueses muitos milhões de euros e hipotecar o futuro das novas gerações. O PS tem tido uma atitude autista, que nem permite o alargamento para Figo Maduro. Deveria ser explorada a situação da Portela mais um, ver se vale a pena, em vez da Ota.-----

-----O mesmo autarca perguntou se a ETAR da Azeitada já está a funcionar e o andamento da ETAR da Raposa.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que a primeira aguarda a inspecção da Certiel.-----

-----Perguntou o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos o que se passa com o concurso de Veterinário Municipal e disse não perceber a razão de tantos problemas para se concluir um concurso.-----

-----O mesmo eleito protestou por não vir agendada na Ordem de Trabalhos a aprovação das Contas da ALDESC, EM, acrescentando que não pode ser imputada à Vereação a responsabilidade pelo facto, já que o prazo está esgotado há muito e não é por culpa do PSD.-----

-----Perguntou também o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos a razão de não ser respeitada qualquer periodicidade na edição do Boletim Municipal.-----

-----O Sr. Vice-Presidente convidou todos os autarcas para estarem presentes amanhã, na esplanada junto ao parque Lourenço de Carvalho, em Almeirim, onde terá lugar a oferta de mini-ecopontos de cozinha à população.-----

-----O mesmo autarca apresentou o jogo informático de carácter educativo promovido pela Agência Europeia do Ambiente que, a partir de amanhã, será distribuído pelas escolas do Concelho.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O executivo tomou conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em sede de projectos globais, respeitantes aos processos de obras a

seguir indicados:-----
-----Bacalhau, Nunes & Lopes, Ld^a - duzentos e setenta e sete de
dois mil e um; Manuel de Matos Teixeira - cento e quinze B de
dois mil e três; Armindo José Fidalgo loureiro Simões - trinta e
um A de dois mil e cinco; e L. Pimenta - Investimentos
Imobiliários, Sociedade Unipessoal, Ld^a - duzentos e oitenta e
quatro A de dois mil e seis.-----

-----3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente o
requerimento de Luigi Cancelli - Moda Italiana, Ld^a solicitando
autorização para vender o lote setenta e sete A da Zona de
Actividades Económicas a Carlos Meneses - Imobiliária e
Investimentos, Ld^a.-----

-----Atendendo a que a compensação a que se refere o número
quatro do Artigo cinquenta e quatro do respectivo Regulamento já
foi paga em trinta e um de Janeiro de dois mil e cinco, aquando
de anterior transmissão, a Câmara deliberou autorizar a actual
transmissão.-----

-----Esta deliberação foi tomada por maioria, com a abstenção da
Sr^a Vereadora Manuela Cunha, por não lhe ter sido apresentado
previamente o processo.-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----AQUISIÇÃO DE TERRENO - Foi presente a proposta do Sr.
Presidente da Câmara, do seguinte teor: «Para construção da Casa
da Cultura de Fazendas e arranjo da envolvente se propõe que se
adquiram a parcela de terreno com a área de três mil quinhentos e
setenta e cinco metros quadrados, por sessenta e dois euros e
cinquenta cêntimos o metro quadrado, no valor total de duzentos
e vinte e três mil quatrocentos e trinta e sete euros e
cinquenta cêntimos. Pelo desenho anexo se percebe que: - A
Família Botas faz a doação da zona a cores; - E vende a área de

três mil quinhentos e setenta e cinco metros quadrados que se situa entre traços. Com esta aquisição permite-se um arranjo que muito beneficiará as Fazendas. Anexa-se a avaliação do terreno feita pelo Sr. Arqº Sampaio.»-----

-----A Câmara aprovou a proposta, por unanimidade.-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES DIVERSIFICADAS - Foi presente a proposta do Sr. Presidente para definição da Zona de Actividades Diversificadas, do seguinte teor:-----

-----«Diferença de conceitos entre o terreno de grande dimensão propriedade da Alorna e o terreno de pequena propriedade virado à estrada do Marquês; Neste último permitir a construção de residências apenas dos proprietários ou descendentes na faixa de cinquenta metros, ou, a construção de actividades económicas compatíveis com as residências, com a ocupação igual à da zona industrial; No primeiro (Alorna) permitir a construção de actividades económicas com os índices da zona industrial e residências só de trabalhadores nessas actividades.»-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha disse que o Sr. Presidente já havia apresentado uma alteração ao PDM, configurada nesta Zona de Actividades Diversificadas. Agora propõe que numa faixa da mesma Zona seja aprovada uma zona de residências, o que vem alterar o uso do solo. E perguntou se a alteração ao PDM pode ser aprovada apenas pela Câmara, ou se terá de ser submetida a aprovação superior e com consulta pública.-----

-----O Dr. Victor Batista respondeu que o rito processual será mais aliviado se se pretender que determinadas utilizações acessórias possam ser desenvolvidas naquele terreno. Converter uma Zona de Actividades Diversificadas numa zona habitacional ou permitir o uso acessório de parte do terreno parece, à partida, uma alteração ao PDM. O que presidiu à criação da Zona de Actividades Diversificadas, segundo o que lhe foi transmitido pelo Arqº Sampaio, e não foi dado qualquer outro destino à zona no início do PDM, era a instalação de serviços de grandes dimensões, próximo da zona industrial e do nó rodoviário. Hoje,

ou a Câmara mantém a tipologia da zona e do solo, mantendo o fim a que se destinava, ou faz uma reconversão parcial, permitindo que numa parte do terreno possa haver habitação.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou se, estando a decorrer a revisão do PDM, são permitidas alterações parcelares, ao que o jurista respondeu que todas as alterações que forem deliberadas entrarão no cômputo da revisão em curso.-----

-----A mesma Vereadora referiu que tinha perguntado ao Sr. Presidente se as múltiplas pequenas parcelas de terreno correspondem ou não a outros tantos proprietários.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos ponderou que, em termos do ordenamento do território, se Almeirim se expandir para aquele lado, a zona de actividades diversificadas em apreço terá próxima uma zona de habitações. Mas não faz sentido encastrar uma zona habitacional numa Zona de Actividades Diversificadas.-----

-----O jurista acrescentou que o Regulamento do PDM terá de tratar a zona urbanisticamente e definir os parâmetros que lhe aproveitarão, mediante os instrumentos jurídicos necessários, de acordo com a posição definida pelo executivo municipal.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que no local existe um conjunto de habitações, há várias décadas, que estão salvaguardadas e na Zona de Actividades Diversificadas prevista no PDM só seriam permitidas actividades até ao grau quatro.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha pediu, para completar o debate, que seja entregue aos membros do executivo uma relação com os edifícios implantados na zona, anteriores e posteriores à aprovação do PDM, portanto, o que lá existe. O que foi previsto no PDM era a Zona Industrial e a de Actividades Diversificadas. Se cresceu habitação indevidamente, a Câmara não devia ter permitido e devia ter actuado a tempo. E reiterou o pedido de informação das áreas das zonas habitacionais, para tentar compreender a justificação da proposta.-----

-----CAMINHOS DE FERRO - O executivo tomou conhecimento da carta

do Conselho de Gerência da CP, prestando esclarecimentos sobre a Estação ferroviária de Santarém e os horários em vigor desde vinte e dois de Abril passado.-----

-----ANTIGOS COMBATENTES - A Câmara tomou conhecimento da carta da Comissão Executiva do Encontro Nacional de Combatentes, para o qual convida, e que este ano se realiza em Lisboa, no dia dez de Junho.-----

-----ESTAGIÁRIO - Foi presente o requerimento de Rosildo Rodrigues Oliveira Segundo, que efectua estágio na Biblioteca Municipal de quatro de Maio a vinte e um de Setembro, solicitando a atribuição de subsídio de refeição durante esse período.-----

-----Tem informação do técnico de Recursos Humanos de que não existe base legal para a sua atribuição, dado tratar-se de um estágio curricular.-----

-----A Câmara deliberou indeferir o pedido, por não haver fundamento legal para a atribuição.-----

-----ISENÇÃO DE TAXAS - Foi presente o ofício da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim comunicando que a Direcção do Grupo Motard Os Aceleras da Charneca lhe solicitou que intercedesse junto desta autarquia a fim de não terem de proceder ao pagamento da taxa pela ligação de um ramal de esgoto ao seu prédio na Rua Capitão Salgueiro Maia, número dez, na mesma localidade, no valor de cento e oitenta e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou isentar o Grupo do pagamento da taxa.---

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----Secção de Karate do CADCA, para o Torneio Nacional de Karate - novecentos euros; Centro Karate Amicale Almeirim, para

participação no Campeonato do Mundo de Karate WUKO - novecentos euros; Centro Karate Vinte Quilómetros de Almeirim, para participação no Campeonato Mundial WUKO - novecentos euros; Agrupamento de Escolas Febo Moniz, de Almeirim, para pagamento de espectáculo cultural da festa de fim de ano de todas as escolas do primeiro ciclo da freguesia de Benfica do Ribatejo - quatrocentos euros; e Jardim Zoológico de Lisboa - pagamento da quota anual.-----

-----EXPEDIENTE E LIMPEZA DAS ESCOLAS - Sob proposta da Sr^a Vereadora Joana Batista, a Câmara deliberou pagar o subsídio de expediente e limpeza a todas as escolas do primeiro ciclo, Jardins de Infância e ATL do Concelho, respeitante ao terceiro período lectivo, num total de oitenta e duas salas e no valor de noventa euros por sala.-----

-----Às dezassete horas e vinte e três minutos o Sr. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição